

1 Introdução

O aumento do número de epidemias, a eclosão de guerras por recursos naturais, a multiplicação dos casos de falência estatal, uma maior incidência de conflitos provocados por fluxos migratórios, a piora dos índices de desenvolvimento humano, o aumento do número de enchentes, a queda do PIB mundial, incêndios, furacões, fome, desertificação e assim por diante (IPCC Working Group II, 2007). A lista de impactos negativos não deixa dúvidas quanto ao potencial desestabilizador das mudanças climáticas.¹ Uma pergunta que ainda se impõe, porém, é em que medida estas implicações extrapolam o limiar das inquietações rotineiras, sofrendo, como Huysmans define, “the slip from unease to existential danger that is central to the process of security framing” (Huysmans, 2006, p.48). Ainda questiona-se, em suma, se o reconhecimento de seus efeitos indesejados justifica a definição das mudanças climáticas como uma *questão de segurança internacional*.

Em meio à arena multilateral, a resposta para essa questão é cada vez mais assertiva. Membros destacados da sociedade civil global, como o Global Humanitarian Forum (2009) ou o (2008); organizações de pesquisa renomadas, como o Feinstein International Center (2008), o International Alert (2007, 2009), o International Institute for Sustainable Development (2009a, 2009b), o Brookings Institute² ou o International Institute for Strategic Studies³; organismos internacionais de peso, como o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (2007), a Assembléia Geral (2009) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (2007), a OTAN (2009), o Conselho Europeu

¹ Uma qualificação de partida se faz necessária sobre uso que fazemos nesta dissertação do conceito de “mudanças climáticas”. É preciso diferenciar as alterações climáticas de fundo antropogênico, cujo efeito mais emblemático é o aumento não linear da temperatura biosférica, daquele fenômeno de alteração climática de longa duração, alimentado por causas naturais, como variações na incidência solar, variações orbitais, atividade vulcânica e variabilidade oceânica. É aos efeitos da atuação humana sobre o clima a que nos referimos quando usamos a expressão;

² Disponível em:

<http://www.brookings.edu/opinions/2009/1208_climate_legislation_ebinger.aspx> Acesso em: 02 de junho de 2010.

³ Disponível em: <<http://www.iiss.org/programmes/transatlantic-dialogue-on-climate-change-and-security/>> Acesso em: 02 de junho de 2010

(2009) e o Alto Comissariado para Assuntos de Segurança e Política Externa da União Europeia (2007); além de representantes de Ministérios das Relações Exteriores e serviços de inteligência e defesa de países como os Estados Unidos (National Intelligence Council, 2007a, 2007b 2008; Center for Naval Analysis, 2008; GBN, 2003), Reino Unido (Ministério da Defesa do Reino Unido, 2008, 2009) e Alemanha (WBGU, 2008; GTZ, 2008), entre outros, são todos exemplos de atores internacionais proeminentes, que têm em seus discursos adotado um enquadramento bastante explícito das mudanças climáticas como uma questão de segurança.

O exemplo mais ilustrativo dessa tendência internacional nos é dado pela resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de junho de 2009, intitulada “Climate change and its possible security implications”. Aprovada por consenso,⁴ a resolução pede que os órgãos integrantes do complexo ONU “intensifiquem seus esforços por compreender e combater os impactos de segurança das mudanças climáticas” e solicita a elaboração de um relatório que contemple a opinião de todos os Estados membros sobre o tema (Assembleia Geral da ONU, doc: A/63/281). Atendendo a essa determinação, um total de trinta e cinco Estados, quatro grupos de Estados e dezessete organizações internacionais e regionais já submeteram documentos de posição, em um exemplo da importância que a comunidade internacional tem dado ao assunto (Idem). Embora sua redação ainda não tenha sido concluída, é possível capturar no seu preâmbulo a complexidade da abordagem que vem guiando o entendimento da comunidade internacional sobre o nexo segurança e clima. A percepção definida pelo relatório como ponto comum a estas submissões é de que:

Both governmental views and relevant research on the security implications of climate change, *by and large*, approach the question from a *perspective of interdependence between human vulnerability and national security*. They identify five channels through which climate change could affect security: (a) Vulnerability, (b) Development, (c) Coping and security, (d) Statelessness and (e) International conflict (Idem, Minha ênfase).

⁴ Tendo contado com o apoio da delegação dos EUA, que votou, pela primeira vez na história da ONU, a favor de resolução voltada a proteção ambiental (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2009).

Não obstante, se o debate político está não só convicto quanto à natureza securitária da questão, como ciente do fato de que a imagem da ameaça climática ainda se presta a diferentes interpretações, o mesmo não pode ser dito da produção acadêmica dedicada ao assunto. Talvez o único ponto pacífico na discussão teórica sobre segurança e clima é a percepção de que estabelecer umnexo entre as duas palavras ainda convida muita polêmica. Acompanhando a evolução do debate disciplinar na subárea de segurança internacional acerca do alargamento (inclusão de novos temas) e aprofundamento (adoção de novos objetos referentes) da agenda de segurança, a discussão sobre segurança climática tem suscitado uma série de questões sobre os impactos políticos do enquadramento securitário do fenômeno.⁵

Uma primeira linha de discussão acadêmica, mais conceitual, tem se concentrado nos desdobramentos que o fenômeno traz para as concepções de espaço e tempo que definem a compreensão moderna de segurança (Walker, 1997). Autores como Ulrich Beck (2000, 2006, 2009, 2010), na sociologia, ao lado de Didier Bigo (2001a, 2001b, 2006, 2009, Rascunho), Jef Huysmans (2006a, 2006b), Julia Trombetta (2007a, 2007b, 2008), Claudia Aradau e Rens Van Munster (Aradau e Van Munster, 2007), na discussão sobre segurança internacional, têm sugerindo que o novo tipo de risco que as mudanças climáticas representam nos obriga a repensar a compreensão de comunidade política, bem como o *modus operandi* que adotamos para garantir a nossa segurança.⁶ A primeira idéia síntese aqui é a de que uma ameaça global como as mudanças climáticas exige um modelo de resposta igualmente global em sua articulação. A segunda, relativa à questão da temporalidade, é a de que o potencial destrutivo do

⁵ Sobre a relação entre a literatura sobre segurança ambiental e segurança climática, é preciso destacar que a discussão sobre segurança ambiental não necessariamente subsume a literatura sobre segurança climática. Embora compartilhem a matriz filosófica na ecologia política, sustentam Detraz e Betsill, as análises sobre a securitização das mudanças climáticas têm procurado se diferenciar da literatura sobre segurança ambiental em função da magnitude do fenômeno securitizado. As mudanças climáticas são um fenômeno global por excelência, sugerem esses autores, e sua globalidade se traduz em efeitos políticos com repercussão muito superior à securitização de fenômenos ambientais mais localizados (Detraz e Betsill, 2009);

⁶ É importante ressaltar sobre essa seleção que nem todos os autores mencionados tomam as mudanças climáticas como tema específico de discussão. Todos têm como ponto comum, porém, a crença de que as mudanças climáticas são exemplo de um novo tipo de risco, característico da conjuntura sociológica contemporânea, e cuja emergência impõe questões difíceis à imaginação política do nosso tempo. Aradau e Van Munster, por exemplo, adotam o terrorismo como exemplo de risco transnacional não previsível, mas mencionam as mudanças climáticas como exemplo de um fenômeno congênere (2007, p. 95).

fenômeno torna obsoleto o modelo de segurança como *reação* a ameaças historicamente associado ao *establishment* militar.

Uma segunda linha de discussão acadêmica se posiciona na fronteira entre o teórico e o empírico. Filiando-se a essa reflexão, autores como Simon Dalby (2006, 2007), Ben Buckland (2007), Lorraine Elliot (2009), Nichole Detraz e Michele Betsill (Detraz e Betsill, 2009) têm levantado questões sobre a pertinência normativa do nexos segurança e clima, tendo-se em mente as práticas que esse enquadramento securitizado convida e os conceitos de espaço e tempo que ele reproduz.⁷ Enquanto para o debate político os impactos de segurança geopolítico/militar⁸ e segurança humana⁹ do fenômeno são apresentados como interconectados, essa linha de crítica advoga a substituição do Estado pelo indivíduo na construção do entendimento social sobre o tema. A forma “inconseqüente” com que a comunidade internacional viria englobando as várias facetas do problema sob uma imagem genérica de ameaça é vista, sob essa ótica, como reflexo da falta de profundidade analítica com que os políticos se contentariam em abordar a questão.¹⁰

Uma terceira linha de discussão acadêmica, por fim, agrupa autores dedicados à demonstração ou refinamento empírico do nexos segurança e clima.

⁷ Empregamos aqui a noção de *securitização* em caráter provisório, na falta de um verbete menos carregado conceitualmente para referir-se ao processo de difusão de uma percepção social que apresenta as mudanças climáticas como uma ameaça existencial às populações afetadas.

⁸ A imagem de *impactos de segurança geopolítico/militar das mudanças climáticas* é empregada no trabalho em um sentido lato, aludindo às implicações que o fenômeno pode exercer sobre as estratégias de defesa e atividades das forças armadas, o funcionamento dos serviços de segurança intra-estatais e também às tensões geoestratégicas entre Estados que o fenômeno pode alimentar regional e internacionalmente.

⁹ A imagem de *impactos de segurança humana das mudanças climáticas* subsume as implicações que o fenômeno pode trazer para a qualidade de vida dos indivíduos afetados, comprometendo seu acesso a provisões básicas, como água, alimentos e abrigo. Refere-se, também, aos efeitos deletérios do fenômeno decorrentes dos seus impactos econômicos (associados ao agravamento de quadros de miséria), de seus impactos de saúde (contribuindo para a eclosão de epidemias) e de seus efeitos mais estritamente ecológicos, como furacões, desertificações e congêneres (tendo em vistas as repercussões sócio-econômicas desses fenômenos).

¹⁰ Buckland resume bem essa censura na crítica que faz à descrição que Ban Ki Moon dá aos impactos de segurança das mudanças climáticas: “While we agree with Ban Ki Moon when he stated that ‘the danger posed by war to all of humanity and to our planet is at least matched by the climate crisis and global warming’ we have argued here that the second part of his sentence that ‘[the effects of climate change are] likely to become a major driver of war and conflict’ is not only a misrepresentation of what is likely to occur but part of a dangerous securitising trend that threatens to divert attention and resources away from what needs to be done and towards the military responses that are the last thing we need” (Buckland, 2007, p. 13. Minha ênfase).

Enquanto os autores associados à discussão normativa se dedicam a julgar qual enquadramento securitário do fenômeno é mais desejável, autores como Thomas Homer-Dixon (2009), Oli Brown, Alec Crowford (Brown e Crowford, 2009a, 2009b), Geoffrey Dabelko (2009), Joshua Busby (2007, 2009), Neil Adger e John Barnett (Adger e Barnett, 2007) procuram avaliar qual tratamento do fenômeno encontra maior respaldo estatístico e qual é mais útil à formulação de políticas voltadas ao enfrentamento do problema. O que está em questão para eles é compreender como a sociedade internacional pode se organizar para fazer frente à ameaça global que o fenômeno representa.

Como se vê, a forma com que o debate político combina as diversas implicações das mudanças climáticas sob a imagem de uma ameaça global vem sendo problematizada pela literatura acadêmica por diferentes motivos. Para a discussão conceitual, trata-se de avaliar os impactos políticos e conceituais que a construção de uma ameaça global exerce sobre a as premissas espaço-temporais da compreensão moderna de segurança. Para a polêmica normativa, por sua vez, a problematização é direcionada à pertinência normativa da securitização do tema e à oposição entre uma interpretação em termos de segurança humana e segurança geopolítico/militar que essa securitização impõe. Ao debate empírico, por fim, cabe se posicionar quanto à opção entre as racionalidades de segurança humana e segurança geopolítica/militar a partir de uma avaliação objetiva, de modo a contribuir para o esforço de governança.¹¹

Mais do que pormenorizar as controvérsias em que a produção teórica sobre o nexos entre segurança e mudanças climáticas tem recaído, contudo, nos interessa por ora demonstrar a forma negligente com que o debate acadêmico tem lidado com a *complexidade intrínseca* ao conceito de segurança climática.¹² Isto é, em vez de lidar com o verdadeiro fato social de que a compreensão da comunidade política internacional sobre o nexos segurança e clima tem oscilado

¹¹ Para fazer justiça ao debate teórico é preciso frisar que mesmo essas três linhas são apenas uma esquematização tentativa do sem-número de argumentos que a discussão teórica tem produzido acerca do nexos entre segurança e mudanças climáticas. Autores como Simon Dalby, Neil Adger e John Barnett transitam livremente entre a discussão empírica e normativa. Sua categorização nos termos propostos é baseada em uma avaliação de ênfase: se descrevermos o trabalho de Dalby como reflexo da discussão normativa, por exemplo, foi por considerar ser a crítica normativa o aspecto central do seu argumento, ainda que não o único.

¹² A relação entre a nossa proposta de pesquisa e a discussão teórica acadêmica será esmiuçada nos capítulos seguintes.

entre uma miríade de compreensões, o debate acadêmico se apressa a analisar a validade empírica ou as implicações normativas e conceituais do conceito. O que percebemos de problemático nesse afã explicativo não é tanto o desejo de compreender os efeitos políticos da conversão das mudanças climáticas em uma questão de segurança com escala global, mas a simplificação do conceito que esse esforço explicativo forçosamente alimenta. Colocado em termos mais simples, o que nos parece problemático é a falta de ‘perspectivismo’ com que a discussão sobre as implicações políticas donexo segurança e clima tem abordado o próprio conceito de segurança climática. Da forma com que o debate teórico as tem relacionado, a interação entre as diversas compreensões possíveis de segurança climática é tratada como uma polêmica *a ser resolvida*. Em outras palavras, o fato de o debate político internacional ser influenciado por diferentes compreensões possíveis desse discurso de ameaça global é visto como uma controvérsia; uma falta de precisão que precisa ser superada.

Cada uma a seu modo, as literaturas normativa e empírica se inserem nos esforços por solucionar essa controvérsia, encontrando, a partir dos seus próprios critérios de avaliação, aquela compreensão do nexosegurança-clima considerada mais correta ou legítima. No caso da discussão empírica, o esforço dos autores por derivar de uma análise precisa dos fatos aquele entendimento de segurança climática que deve orientar a formulação de políticas presume ser a correspondência empírica o que define o entendimento social que a comunidade internacional faz da matéria. No que diz respeito à discussão normativa, por sua vez, o compromisso dos seus atores em julgar qual tratamento do nexosegurança e clima deve ser favorecido pela comunidade internacional parte de um pressuposto voluntarista. Sua concepção demasiado dialógica da política leva-os a assumir ser a pertinência normativa o critério para a definição de qual concepção de segurança climática influencia a ação internacional. Como procuraremos demonstrar nos capítulos que se seguem, porém, os mesmos *fatos* acerca dos impactos de segurança das mudanças climáticas podem ser interpretados de maneiras diferentes, com implicações políticas diferentes, dependendo das inclinações do ator que os avalie.

Quanto à discussão conceitual, por sua vez, o problema decorrente dessa simplificação do conceito de segurança climática é de outra ordem, mas igualmente relevante. Seus autores não estão preocupados em decidir qual

concepção de segurança climática é mais correta ou normativamente pertinente, mas baseiam suas teses no *petitio principii* de que a conversão das mudanças climáticas em uma questão de segurança leva a uma transformação da nossa compreensão espacial de termos localistas para um modelo global e da nossa compreensão temporal de uma postura reativa para uma preventiva. Embora não se possa presumir que essas interpretações estejam equivocadas, nos parece inadequado aceitar *de antemão* que sejam necessariamente essas as inclinações da comunidade internacional.

Nosso ponto é o de que apenas uma análise de discurso não restritiva, voltada a capturar as diversas concepções do conceito de segurança climática que têm permeado a compreensão da comunidade internacional, nos dá condições de avaliar as reais implicações políticas da securitização do fenômeno. Isto é, *nos parece que apenas tendo domínio sobre as diferentes compreensões do nexo segurança e clima que têm influenciado a ação da comunidade internacional é possível julgar se os resultados encontrados se aproximam ou não das caracterizações da nova conjuntura sociológica proposta pelos membros da discussão conceitual sobre segurança climática.* Para podermos emitir opinião acerca dos efeitos que a conversão das mudanças climáticas em uma questão de segurança exerce em favor da transformação da compreensão espaço-temporal moderna (do local para o global; da reação à prevenção) é preciso, em primeiro lugar, se abster de julgar se essa securitização é empiricamente embasada ou normativamente desejável. Segundo, é preciso reconhecer que a relação entre insegurança climática e a difusão de um senso de pertencimento global (e de práticas preventivas) representa não mais do que a relação entre diferentes concepções possíveis de segurança climática e diferentes leituras possíveis do global. Entender os impactos políticos que securitização das mudanças climáticas exerce sobre as relações internacionais implica, portanto, analisar como diferentes compreensões do discurso de ameaça climática constituem e reverberam diferentes compreensões acerca do que há de global no fenômeno.

O exercício que acreditamos faltar à discussão acadêmica sobre o tema consiste, assim, em aceitar a natureza essencialmente contestada do conceito de segurança climática e, partindo dessa constatação, procurar compreender como as diferentes compreensões do nexo reverberam diferentes compreensões acerca do funcionamento do sistema internacional. É esse o exercício a que nos propomos:

primeiro, mapear a controvérsia que se forma em torno do conceito de segurança climática. Segundo, avaliar a compatibilidade entre os resultados encontrados e a discussão conceitual que atrela a securitização das mudanças climáticas à transição de um modelo comunitarista de organização do sistema internacional (dependente de práticas de segurança reativas) para um modelo globalista (propenso à ação preventiva), fundado na percepção de fragilidade comum aos impactos deletérios do fenômeno. Assumimos como ambição da pesquisa, portanto, capturar as diferentes concepções de segurança climática que vêm influenciando o debate político para delas derivar as implicações da securitização do fenômeno sobre a definição da imagem do internacional que pauta o funcionamento da arena multilateral.

Para executar tal mapeamento, a pesquisa foi organizada da seguinte maneira: o segundo capítulo abará duas seções, a primeira dedicada ao posicionamento da proposta de pesquisa em relação à discussão teórica existente sobre o nexa segurança e clima e a segunda voltada à definição da metodologia necessária ao mapeamento em questão. Na primeira metade do capítulo, procuraremos definir o objeto de pesquisa por negação, apontando o que entendemos como pontos frágeis dos debates empírico e normativo acerca da conversão das mudanças climáticas em uma questão de segurança global. Em relação ao debate empírico, defenderemos a adoção de uma abordagem meta-teórica construtivista, que reconheça a definição e difusão do entendimento social sobre a ameaça climática como produto de um processo intersubjetivo, não resumível à simples mensuração objetiva dos impactos do fenômeno.

Em relação ao debate normativo, por sua vez, nos valeremos dos argumentos de Bigo e Fierke para desconstruir a pretensão de superioridade normativa do enquadramento do fenômeno em termos de segurança humana frente a um tratamento da ameaça climática em termos geopolítico/militares. Procuraremos demonstrar, em específico, a necessidade de se reorientar a análise, abandonando o afã por resolver a controvérsia que guia a literatura empírica e normativa sobre o tema, em favor de um mapeamento discursivo aberto ao caráter complexo do conceito de segurança climática.

Definida a especificidade do trabalho em relação à literatura teórica existente, na segunda parte do capítulo procuraremos construir uma definição positiva do objeto de pesquisa. Partindo do suposto de que a seleção de perguntas

de partida ou hipóteses só faz sentido quando definida a linguagem metodológica a partir da qual estas são formuladas, dedicaremos essa segunda etapa à revisão das abordagens teórico-metodológicas disponíveis para o mapeamento de processos discursivos de construção e transnacionalização de percepções de insegurança. A primeira abordagem teórico-metodológica analisada será o conceito de macrosecuritização, desenvolvido por Ole Waever e Barry Buzan para conceitualizar processos de securitização que assumem objetos mais amplos do que o Estado como referentes. A segunda abordagem a ser analisada é o conceito de modulação, construído por Jef Huysmans para sintetizar o processo discursivo e tecno-burocrático complexo por meio do qual fenômenos sociais são inseridos em domínios de insegurança concorrentes. Por fim, analisaremos o arcabouço teórico-metodológico de Campos, Hábitos e Práticas, que consiste em uma adaptação livre do método de análise de campo bourdieuniano, desenvolvida por Bigo e Leander para analisar a construção de ideias transnacionais.

A partir dos resultados dessas revisões, procuraremos demonstrar que uma combinação da conceitualização teórica de modulação, sugerida por Huysmans, com a abordagem metodológica de campo de inspiração bourdieuniana é a que melhor se presta ao mapeamento da controvérsia pública formada em torno do debate sobre os impactos de segurança das mudanças climáticas. Esse instrumental nos parece o mais adequado por permitir conjugar a sugestão de Huysmans de que o discurso de ameaça climática global é fruto da articulação intelectual entre interpretações possíveis do nexos segurança e clima, com o modelo de mapeamento de controvérsia bastante preciso que encontramos no método sociológico reflexivo bourdieuniano.

De forma mais precisa, acreditamos haver três motivos para que a combinação do conceito de modulação e o método bourdieuniano seja adotada como arcabouço teórico-metodológico para o mapeamento do debate sobre segurança climática. Primeiro, o conceito de modulação reconhece que o nexos segurança e clima pode obedecer diferentes *rationales* de segurança, cada qual associada a uma burocracia estatal específica, e entende o discurso final como somatório de interpretações possíveis. Estudar os impactos políticos dessa (in)securitização, como antecipa Huysmans, é analisar a dinâmica aporética que se forma em torno da disputa constante sobre qual dessas *rationales* vai ser enfatizada.

A segunda vantagem dessa abordagem teórico-metodológica mesclada advém da capacidade do método de inspiração bourdieuniana de construir um mapeamento tão aberto quanto possível à complexidade do debate. A postura metodológica “politeísta” que Bourdieu defende para a execução de mapeamentos sociais nos leva a evitar qualquer opinião pré-concebida quanto à posição dos agentes no debate. Suas tomadas de posição são definidas a partir da observação rigorosa de critérios de posicionamento que o próprio discurso das agências oferece.

Por fim, ao organizar os comportamentos dos agentes em termos de um plano social nos permite perceber relações que uma análise de discurso convencional não percebe, pois trata de maneira estanque as posições dos agentes sobre as diferentes dimensões da mesma questão.

Os capítulos três e quatro serão dedicados à identificação dos critérios definidores desse plano social, que tem como produto a formação do discurso de ameaça climática global. No que diz respeito à definição das agências analisadas, nossa seleção obedeceu à estratégia de cruzamento de referências (*cross-reference*). Por meio deste método, foram selecionadas as dezessete agências mais citadas, entre ONGs, centros de pesquisa, organismos internacionais e órgãos de governos nacionais envolvidos na discussão sobre os impactos de segurança das mudanças climáticas.¹³ A seleção dessas instituições procurou se ater àquelas mais capacitadas a atuar como arquétipos da seleção mais abrangente de agências envolvidas no debate. Com isso em mente, procuramos favorecer organizações com características institucionais as mais diversas possíveis. Pelo mesmo motivo, sempre que nos deparamos com grupos de instituições trabalhando com enquadramentos próximos do fenômeno, optamos por analisar aquelas cujos tratamentos discursivos eram mais peculiares.¹⁴ Como corte temporal,

¹³ A opção por analisar apenas as agências mais citadas nos pareceu a melhor forma de tornar a análise exequível sem desrespeitar as premissas metateóricas emprestadas da sociologia do conhecimento que orientam a abordagem de campo bourdieuniana. Embora tenhamos claro que a análise dessas dezessete agências não abarca a totalidade de atores envolvidos no campo de discussão sobre segurança climática, acreditamos que essa seleção é significativa o suficiente para nos permitir apontar *indícios* sobre as inclinações do debate internacional e as correlações entre as tomadas de posição e as teses da literatura conceitual sobre os impactos políticos da (in)securitização do fenômeno. É importante frisar que não temos com esse mapeamento a pretensão de *afirmar* conclusivamente nenhuma tendência ou hipótese. Em vez de uma deficiência, porém, essa inconclusividade é tomada por nós como sinal de reflexividade do estudo, isto é, a pesquisa precisa ser vista como parte de um esforço constante de mapeamento.

empregamos como ponto de partida o ano de 2007, apontado pela maioria dos estudos como um ponto de inflexão na discussão política sobre impactos de segurança do fenômeno. Como ponto de fechamento, optamos pelo ano de 2009, quando esta tendência ganhou notoriedade internacional em função da resolução da Assembleia Geral das ONU sobre o tema e graças à Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15 – UNFCCC). Para cada agência, foram analisados seus principais relatórios, suas atas de reunião e as declarações de seus representantes.

Como o segundo capítulo, os capítulos três e quatro têm uma proposta dupla: comparar os resultados da análise empírica, voltada a definir as posições dos agentes nos eixos em questão, com as teses correntes no debate conceitual sobre segurança climática. Obedecendo a essa sistemática, o capítulo três começa por indicar a caracterização que os agentes dão aos impactos de segurança do fenômeno como o primeiro aspecto definidor do debate.¹⁵ Partindo da análise dos seus discursos sobre o tema, o capítulo identifica os pólos discursivos entre os quais as tomadas de posição dos agentes oscilam: a opção entre uma caracterização do fenômeno que dá ênfase às suas implicações de segurança humana e uma segunda descrição, que enfatiza as implicações geopolíticas e militares das mudanças climáticas. Como conclusão do capítulo, justapomos os resultados desse mapeamento preliminar à hipótese dos estudos críticos de segurança, segundo a qual a (in)securitização do fenômeno representaria um passo rumo à redefinição da compreensão espacial moderna, contribuindo para desestabilizar a aceitação do Estado como objeto referente por excelência dos estudos de segurança.

No capítulo quatro, reproduz-se o modelo de pesquisa aplicado no capítulo anterior. Num primeiro passo, aponta-se como aspecto definidor do eixo vertical, o tipo de ação que as agências analisadas advogam para o enfrentamento da “ameaça climática”.¹⁶ O capítulo identifica como critério de diferenciação neste

¹⁴ Para a listagem completa de instituições selecionada, ver o anexo da dissertação.

¹⁵ Os quesitos tomados como pontos de partida para a definição do posicionamento das agências no eixo horizontal foram: (a) tipos de ameaças destacadas; (b) tipos de vítimas destacadas; (c) tipos de setores afetados destacados; e (d) objetos referentes da análise.

¹⁶ Foram empregados como quesitos iniciais para o posicionamento das agências no eixo vertical: (a) referência científica para o desenvolvimento do programa de ação; (b) tipos de capacidades valorizadas; (c) tipos de solução propostas; (d) objeto focal da ação; e (e) fonte de financiamento.

eixo a alternativa entre dois modelos de ação via adaptação: práticas de adaptação preventiva, que consistem em medidas voltadas a diminuir a vulnerabilidade das populações potencialmente afetadas pelo fenômeno, e medidas de adaptação reativa, voltadas a aumentar a capacidade de resposta a situações em que esses impactos já se concretizaram. Como conclusão do capítulo, procura-se justapor os resultados encontrados pelo mapeamento preliminar com as teses sociológicas que caracterizam o momento sociológico de novos riscos como um período de transição entre uma compreensão reativa e uma compreensão preventiva de segurança.

Na conclusão, a construção do plano social que se forma em torno do conceito de segurança climática é encerrada. Após revisar-se os resultados do mapeamento e interpretações oferecidas previamente, cruzam-se as tomadas de posição dos agentes nos eixos definidores do debate. Em um último paralelo com a discussão conceitual em *Relações Internacionais*, procura-se associar as concentrações de agentes encontradas pelo mapeamento à discussão teórica sobre as diferentes concepções possíveis do global. Discute-se, em específico, a tese que associa a securitização das mudanças climáticas à transição de um modelo comunitarista de organização do sistema internacional rumo a um modelo centrado em um senso de pertencimento humanitário; transição essa que seria ensejada graças à difusão de um senso de uma fragilidade comum frente aos efeitos deletérios do fenômeno. Por fim, procura-se discutir os possíveis desdobramentos da pesquisa para a análise do processo de (in)securitização das mudanças climáticas, bem como especular sobre as possíveis indagações teóricas e linhas de análise que dela podemos derivar.